



46

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2015

“O pôr do Sol no Oriente: os emblemas fúnebres de D. Luís Carlos de Meneses (1689-1742) como instrumento de exaltação da presença portuguesa em Goa”¹

“The sunset in the Orient: the use of the funeral emblems devoted to Luís Carlos de Meneses (1689-1742), in order to exalt the Portuguese presence in Goa”

FILIPA MARISA GONÇALVES MEDEIROS ARAÚJO
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos
Email: medeiros.filipa@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 20/02/2015
Texto aprovado em / Text approved on: 15/05/2015

Resumo:

Tendo como referência o simbolismo de Goa no contexto da presença portuguesa no mundo, pretende-se mostrar de que modo os mecanismos de exaltação contribuíram para a manutenção do Império. O testemunho deixado pelos *Emblemas e poesias* produzidos pela casa professa do Bom Jesus por ocasião das exéquias de D. Luís de Meneses revela, pois, um exemplo da organização de aparatosas celebrações em que a linguagem logo-icónica se colocou ao serviço da política e da religião, reproduzindo os modelos das cortes europeias do Barroco. Com o objetivo de explicitar o contributo deste tipo de composições para firmar a posição das instituições administrativas e para fortalecer o ascendente da Companhia de Jesus na capital do Estado da Índia, elege-se como paradigma de análise o aproveitamento da simbologia solar, tendo em conta a recorrência desse motivo na série emblemática sob escopo. Promove-se, por fim, uma leitura intertextual

Abstract:

Taking into account the symbolism of Goa within the context of Portuguese presence around the World, this work attempts to demonstrate how the strategies of ideological exaltation promoted the maintenance of the Empire. The selection of *Emblems and Poetries* produced by the Jesuit Casa Professa do Bom Jesus in the occasion of the exequies of Luís de Meneses conveys therefore a good example of the spectacular organizations settled in the oriental capital. Reproducing the model of European Baroque courts, the social elites used the logo-iconic language to accomplish their own political and religious targets. In order to explain how the emblematic compositions contributed to strengthen the position of administrative institutions and confirm the importance of the Company in Goa, the analysis here proposed explores the symbolic value of the Sun in relation to the repetition of that motive along the emblematic series of 1742. Finally, this study suggests

¹ Este trabalho decorre parcialmente da investigação desenvolvida pela autora no âmbito da preparação da sua tese de Doutoramento, apoiada pela FCT ao abrigo do Programa de Financiamento POPH/FSE.

dos compostos para conhecer melhor o seu enquadramento simbólico no processo de exaltação da presença lusitana em Goa.

Palavras chave:

Emblemas; Exéquias; Goa; Jesuítas; Propaganda

an intertextual reading of the emblems according to its symbolic framework within the propagandistic methods developed to exalt the Portuguese presence in Goa.

Keywords:

Emblematics; Exequies; Goa; Jesuits; Propaganda

A 12 de junho de 1742, os militares portugueses alcançaram uma importante vitória na batalha contra os Maratás, disputada na fortaleza de Sambrane. A presença lusitana na capital do Estado parecia estar finalmente a inverter o rumo descendente que iniciara há várias décadas, devolvendo a confiança às tropas revitalizadas pelo contingente chegado no ano anterior, sob as ordens do experiente governante, D. Luís Carlos Inácio Xavier de Meneses². Inebriado pelo ambiente festivo, o General Manuel Soares Velho foi surpreendido, naquele vitorioso dia, pela infeliz notícia de que o Vice-Rei estava prestes a expirar. Tão duro golpe refreou de imediato o ânimo dos que ainda acreditavam na empresa de recuperar o brilho do Estado Português da Índia, acentuando a sensação de desgraça iminente.

As manifestações públicas de pesar deram, então, lugar a um espetáculo faustoso³, cujo significado importa analisar à luz da decadência que se começava a evidenciar no território oriental. Contrariando as pragmáticas publicadas entre os finais do século XVII e meados de Setecentos, no sentido de conter os gastos sumptuários que as classes abastadas continuavam a fazer em matéria

² Veríssimo Serrão considera D. Luís de Meneses «o maior dos governantes do Oriente na primeira metade de Setecentos» (Cf. *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1996, p. 293). Sobre o percurso biográfico do 5º Conde da Ericeira, agraciado com o título de Marquês do Lourçal quando D. João V o nomeou Vice-Rei pela segunda vez (1741-1742), veja-se, entre outros, o estudo de Anabela Bouça, *Os Grandes na Morte. Ensaio sobre literatura emblemática funeral (sécs. XVII-XVIII)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1996, p. 64-68. A Academia Real da História Portuguesa organizou uma conferência no Paço para honrar o membro falecido, tendo sido proferida por Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. A segunda impressão desse discurso saiu com o título de *Elogio de D. Luiz Carlos Ignacio Xavier de Menezes* (Lisboa, Oficina de Miguel Rodrigues, 1757).

³ Segundo os relatos coevos, a causa da morte teria sido o acometimento de uma febre lenta que ao sétimo dia degenerou em maligna, vindo o Marquês a falecer em conformidade com a Vontade Divina, depois de receber os Sacramentos e redigir o seu testamento (Cf. *Relaçam das Victorias, alcançadas na India contra o inimigo Maratá*, Lisboa, na Oficina de Luiz Joze Correa Lemos, 1743, p. 13).

de pompa fúnebre⁴, as cerimónias de Goa parecem não ter poupado recursos para homenagear o Vice-Rei. O corpo foi embalsamado de imediato, vestido com seda cor de pérola agaloadada de ouro e coroado com um barrete de veludo vermelho. Levava borzeguins, esporas, um bastão na mão direita e uma espada cingida. O cadáver ficou, então, exposto num caixão guarnecido com galões de ouro e prata, colocado numa das salas do Palácio para ser velado e receber a água benta lançada pelas ilustres individualidades religiosas e políticas. Todos os sinos se dobraram de noite e de dia, e, na manhã seguinte, o féretro foi transportado para a manchua do Estado, tendo recebido a homenagem da Companhia de Dragões e do Batalhão de Infantaria, com suas descargas de mosquetaria e pistolas.

Na viagem para a cidade, o esquife foi acompanhado por todas as pessoas de distinção, que seguiam com balões iluminados, e, ao chegar à Ribeira das Naus, recebeu novas honras militares. À frente do cortejo fúnebre, desfilavam os oficiais da Marinha, com lampiões, logo secundados pela nobreza, com suas tochas acesas. Atrás do caixão, levado por homens de primeira qualidade, via-se o palanquim revestido de preto, o cavalo coberto de luto e a Companhia de Dragões com espadas nuas viradas para a terra, trombetas surdas e timbales enlutados. Marchava, então, o Batalhão de Infantaria, com as armas em funeral e as caixas destemperadas, enquanto uma peça de artilharia repetia os sinais a breves espaços. No remate do cortejo, uma imensidão de povo ornamentava o fúnebre aparato com as suas lágrimas. Pelas dez horas, o féretro chegou à Casa Professa, foi posto em cima de uma essa e coberto com um ló cor de fogo com ramos de ouro. No dia seguinte, terminada a missa de corpo presente, foram repetidas as honras militares e deu-se sepultura ao corpo, junto do altar de São Francisco Xavier, de acordo com uma disposição testamentária do Vice-Rei⁵.

Desacatando as diretivas antissumptuárias, o funeral não dispensou as iluminações, os galões de ouro e os panos pretos, o que vem acentuar a finalidade ideológica das requintadas exéquias promovidas pela Casa Professa do Bom Jesus, em julho do mesmo ano. O registo desse artificioso evento perdurou no tempo através do opúsculo intitulado *Emblemas, e Poesias, Com que se adornou a Casa Professa do Bom Jesus de Goa, Quando nelle se celebrarão as Exequias Do Illustris. e Excellentis. Senhor D. Luiz de Menezes*, que saiu a

⁴ Veja-se Ana Cristina Araújo, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, p. 239-242.

⁵ Antes mesmo de se meter o caixão na cova, foi aberto o alvará que decretou como governador interino D. Luís Caetano de Almeida (Cf. *Relação...*, cit., p. 11-12).

lume sem indicação de autor e igualmente desprovido de indicação inequívoca sobre a data e o local de impressão⁶.

A riqueza das composições emblemáticas aí descritas oferece-se, portanto, como um eloquente testemunho sobre as estratégias propagandísticas que contribuíram para preservar e enaltecer a presença portuguesa no mundo. São, pois, joias raras e preciosas, não só pelo seu valor histórico, mas também pelo significado político e pela linguagem artística subjacentes, uma vez que exemplificam a transferência cultural dos rituais fúnebres da cabeça do Império para os territórios orientais. Assim se comprova que Goa seguiu a tendência para a enfatização do luto e do cerimonial fúnebre na primeira metade do século XVIII, espelhando a obsessão pelo luxo da sociedade barroca joanina, no que diz respeito à encenação coletiva das exéquias. O préstito ao Vice-Rei integra-se, pois, no modelo de representação barroca da morte, que conheceu um desenvolvimento notável no período pós-Restauração e atingiu o expoente máximo com os mausolés do rei Magnífico⁷.

Para compreender melhor o contexto das exéquias e sua dimensão simbólica, cumpre retomar, antes de mais, alguns acontecimentos ocorridos depois do célebre ano de 1510, quando Afonso de Albuquerque «toma a ilha ilustríssima de Goa» (*Lusíadas*, X.42.4). Com a constituição do Estado Português da Índia, Lisboa ensaiou a primeira tentativa de firmar o poder efetivo sobre o território e sobre a população local, procurando reproduzir a máquina administrativa

⁶ Bouça reproduz integralmente a coleção de emblemas, citando como fonte a obra de Jozé Barbosa intitulada *Epítome da vida do Illustris. e Excellentis. Senhor D. Luis Carlos Ignacio Xavier de Menezes, Primeiro Marquez do Lourçal* (Lisboa, por António Isidoro da Fonseca, 1743). Importa, porém, esclarecer que, de acordo com as características físicas e a numeração dos cadernos das cópias que consultamos, o referido conjunto de *Emblemas, e poesias* estava integrado numa publicação autónoma, impressa no mesmo ano e na mesma oficina do *Epítome*. Desse opúsculo faria parte a *Oração fúnebre nas exéquias do Illustris. e Excellentis. Senhor D. Luiz de Menezes Conde da Ericeira (...) que se celebrara na igreja do Bom Jesus da Caza Professa de Goa em 21 de Julho de 1742*, composta pelo jesuíta Manuel de Figueiredo (Lisboa, na oficina de António Isidoro da Fonseca, em 1743), bem como a *Lição Académica da filosofia Moral, transformada em Panegyrico do Excellentissimo Senhor D. Luiz de Menezes*, proferida na Academia Portuguesa em 21 de Agosto de 1721. Os *Emblemas* aparecem na Misc. 189, nº 3266, e na Misc. 271, nº 4505, exemplares da BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

⁷ A este propósito, consulte-se Euclides Griné, *A construção de uma imagem pública do rei e da família real em tempo de luto (1649-1709)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997. Sobre o desenvolvimento do protocolo fúnebre durante o século XVIII, leia-se, entre outros, José Manuel Tedim, “Aparatos fúnebres, ecos saudosos nas exéquias de D. Pedro II e D. João V”, in J. C. Pereira (coord.), *Arte efémera em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 237-251. Sugere-se ainda R. Smith, “Os mausolés de D. João V nas quatro partes do mundo”, *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, 1955, p. 123-156.

da metrópole. De acordo com esse objetivo, floresceram, ao longo do século XVI, diferentes instituições organizadas à volta do Vice-rei⁸. No panorama quinhentista, o entreposto comercial de Goa afirmou-se como pedra angular nas relações com a costa indiana, tornou-se um símbolo político do império português na Ásia e definiu-se como ponto de referência nas ligações transoceânicas com a Europa.

A partir de 1590, os primeiros sinais de declínio começaram a manifestar-se, por causa de uma complexa conjugação de fatores que derivaram sobretudo da natureza transitória do empório e, conseqüentemente, da inevitável dependência em relação aos mercados abastecedores e ao comportamento dos consumidores ocidentais⁹. O ritmo descendente acelerou em meados do século XVII e as dificuldades de sustentabilidade financeira na capital goesa agudizaram-se, porque a urbe nunca conseguiu produzir os seus próprios recursos. Além disso, o Estado da Índia foi fortemente atacado pela hostilidade militar de diferentes inimigos, enquanto o Império português lutava pela independência¹⁰.

Por outro lado, as primeiras décadas de Seiscentos trouxeram indícios de que se estava a preparar a transição do centro imperial do Índico para o Atlântico, sobretudo depois de se ter descoberto a riqueza do Brasil em ouro e açúcar¹¹. Ainda assim, a Coroa portuguesa continuou a acalantar o desejo de recuperar a atividade comercial na Carreira da Índia e, nos inícios do século XVIII, procurou reconstruir as redes. Era, contudo, tarde de mais para concorrer com o dinamismo de Macau, para onde convergia a maior parte do investimento privado, num momento em que eram já muito poucos os mercadores a operar em Goa.

⁸ Sobre a evolução histórica de Goa, veja-se, entre outros, M. J. Gabriel de Saldanha, *História de Goa (Política e Arqueológica)*, vol. I e II, New Deli, Asian Educational Services, 1990, e Pedro Avelar, *História de Goa*, Alfragide, Texto Editores, 2012.

⁹ Veja-se João Teles e Cunha, “Goa: a construção, ascensão e declínio de um empório português na Ásia”, in João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva (coord.), *Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória*. Coimbra, Palimage / CHSC, 2011, p. 81-144; bem como, do mesmo autor, *A Carreira da Índia e a criação do Mercado intercolonial português, 1660-1750*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007. Consulte-se também Ângela Barreto Xavier, *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

¹⁰ Sobre as conseqüências do domínio espanhol e a interferência de novos impérios europeus na administração do Estado da Índia, veja-se o estudo de Pedro Avelar, *História de Goa...*, cit., p. 103-133.

¹¹ Para o declínio de Goa, segundo relatam os cronistas, terão também contribuído os colonos portugueses, corrompidos pela «glória de mandar» e pela «vã cobiça», como profetizara o Velho do Restelo (*Os Lusíadas*, IV. 95).

Convém ainda acrescentar que, na primeira metade de Setecentos, a sobrevivência política da capital do Oriente foi violentamente ameaçada também por via terrestre, no seguimento da crescente pressão dos Maratas. Depois dos desaires militares ocorridos durante o governo do Conde de Sandomil (1732-1741), perdeu-se a Província do Norte e o Estado da Índia ficou praticamente confinado a Goa, Damão e Diu, aos quais se juntava a fortaleza de Surate¹². Reconhecendo a gravidade da situação, D. João V não pôde ignorar a necessidade de nomear um governante que tivesse uma capacidade extraordinária para enfrentar uma verdadeira tarefa hercúlea. O merecimento e as provas de virtude reveladas pelo 5º Conde da Ericeira quando governou a Índia pela primeira vez, entre 1717 e 1720, influenciaram a decisão régia¹³. O clima de esperança incentivou o povo a aclamar com grande entusiasmo a partida dos seis navios de guerra, que compunham a armada custeada pelo ouro brasileiro¹⁴.

A 13 de Junho de 1741, um mês depois de ter sido recebido em Goa com sinais de pública satisfação, o promissor Vice-Rei já estava a combater nos campos de Bardez. Em pouco mais de um ano, conseguiu travar o avanço dos inimigos, recuperar alguns territórios e renegociar as condições de submissão dos vizinhos, abrindo caminho ao período de Novas Conquistas, alcançadas nas décadas de 1760 e 1770¹⁵. O Marquês do Louriçal notabilizou-se, pois, pela capacidade ambivalente de declarar Guerra aos insolentes e cultivar o entendimento com os pacíficos, «conhecendo, como ilustrado Político, que a

¹² Numa carta datada de 1745, o vice-rei marquês de Castelo Novo resumia a situação nestes termos: «este Estado se tem reduzido a limites tão breves, que não he de admirar, que facilmente se possa compreender». Esta passagem da carta a António Guedes Pereira, datada de 6 de fevereiro de 1745, é citada por João Teles e Cunha, *Goa: a construção...*, cit., p. 141. O documento está guardado no Arquivo Histórico Ultramarino, Índia, caixa 78, doc. 98.

¹³ Cf. *Elogio...*, cit., p. 46. Pedro Avelar enuncia como traços decisivos do caráter do Vice-Rei a educação recebida no seio de uma família nobre e culta, a pertença à Academia Real de História e o facto de ser um grande bibliófilo (*História de Goa...*, cit., p. 144-145). Verissimo Serrão, na *História de Portugal*, cit., p. 293-295, afirma que seria importante publicar os documentos relativos ao governo deste Vice-Rei, nos quais é visível a opção política de negociar a paz com os potentados vizinhos (Cod. 4406-4408, 6426-6427 e 1593 da BNP). A atuação do líder militar é também destacada por M. J. Gabriel de Saldanha, na *História de Goa...*, cit., vol. I, p. 201-202.

¹⁴ Existem, na BNP, documentos alusivos à jornada para a Índia, nomeadamente o Cod. 567, ff. 96-98, na caixa 2, A. 1-38 (extratos das cartas do Marquês) e o Cod. 267, com o relato da entrada em Goa (Veja-se Serrão, *História de Portugal*, cit., p. 295). Na BGUC (Misc. 47, Nº 1011), é possível consultar a *Noticia da viagem, Que fez segunda vez ao Estado da India o Ilustrissimo, e Excelentissimo Senhor Marquez do Louriçal* (Lisboa, Luiz José Correa Lemos, 1742).

¹⁵ Sobre as políticas pombalinas aplicadas na administração da capital do Oriente, veja-se Pedro Avelar, *História de Goa...*, cit., p. 148-156.

propria reputação he o unico antemural, a unica alliança, que pode solidamente conservar, e garantir o socego dos Povos»¹⁶.

Estas palavras do futuro Primeiro-Ministro exprimem uma consciência muito clara de que a reputação pode ser usada como uma arma política de grande eficácia, dando o mote para a interpretação do aparato fúnebre organizado pela Casa Professa do Bom Jesus. É evidente que as autoridades civis e militares tinham todo o interesse em aproveitar a lufada de esperança acionada pelo Marquês do Lourical, de modo a promover a matriz ideológica do Império e a fortalecer a confiança no poder administrativo e na força bélica dos portugueses. Não será, todavia, despreciando o envolvimento dos Jesuítas na homenagem fúnebre, comprovando o ascendente da Companhia no plano de missão da Índia, aonde afluíram embaixadas das mais diversas ordens.

Essa inegável supremacia entre as hostes religiosas enviadas para dilatar a Fé beneficiou, certamente, da particular fama alcançada pelo padre que D. João III recebeu no Palácio dos Estaus, em 1539. Francisco de Jassu y Javier (1506-1552) morreu numa das suas inúmeras viagens, a caminho da China, e começou, de imediato, a definir-se uma aura de santidade em torno do missionário. O processo de canonização culminou em 1622, juntamente com o do fundador da Ordem, Inácio de Loyola, que havia sido colega de S. Francisco Xavier, em Paris¹⁷. Na tentativa de explicar a supremacia jesuíta na Roma oriental, ao fator da popularidade pode juntar-se o incentivo régio, a influência na direção da Casa dos Catecúmenos e no Seminário da Santa Fé, bem como as vantagens comunicativas asseguradas pelo domínio da imprensa¹⁸. Beneficiando de um

¹⁶ Cf. Sebastião José de Carvalho e Melo, *Elogio...*, cit., p. 15.

¹⁷ Sobre a ação evangelizadora deste santo no Oriente, veja-se, entre outros, *São Francisco Xavier: nos 500 anos do nascimento de São Francisco Xavier: da Europa para o mundo 1506-2006*, [Porto], Centro Universitário de História da Espiritualidade, 2007. As cerimónias comemorativas da dupla canonização foram descritas no opúsculo que saiu com o título de *Traça da Pompa triunfal (...) na canonização de S. Francisco Xavier* (Velha Goa, Colégio de S. Paulo da Companhia de Jesus, 1624). Manuel Cadafaz de Matos estudou e transcreveu esse texto, no artigo “A edição rara dos prelos jesuíticos de Goa, de 1624, *Traça da Pompa Triunfal...* na canonização de S. Francisco Xavier (Hermenêutica bíblica e mundivivência)”, in Ignacio Arellano (ed.), *Misión y aventura: San Francisco Javier, sol en Oriente*, Madrid, Iberoamericana/Frankfurt, Vervuert, 2008, p. 59-136.

¹⁸ Sabe-se que a tipografia móvel chegou à Índia a bordo das caravelas dos portugueses em 1556, tendo sido instalada no Colégio de São Paulo para começar imediatamente a publicar cartilhas de doutrina cristã. Veja-se Manuel Cadafaz de Matos, “A produção tipográfica da Companhia de Jesus no Oriente entre os séculos XVI e XVII ao serviço da missão portuguesa: alguns dados para a História da leitura a partir de catálogos bibliográficos macaenses (1584-1700)”, in *Congresso Internacional de História. Missão Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, vol. II, Braga, UCP, 1993, p. 407-444.

estatuto privilegiado ao longo de décadas, os inacianos tinham perfeita noção da sua força e chegaram a entrar em litígio com o arcebispo de Goa em 1722¹⁹. Assim se percebe que a Casa Professa do Bom Jesus tenha dinamizado as exéquias de D. Luís de Meneses, associando o nome da Ordem à figura mais importante da capital.

Cumprе salientar que, no contexto da crescente contestação ao domínio português, sentida ao longo do século XVIII²⁰, a cerimónia fúnebre servia a dois amos. Por um lado, publicitava o engenho e a riqueza da Companhia, divulgando o seu papel pedagógico e evangelizador; por outro, o tom encomiástico da homenagem adequava-se à função ideológica dos outros instrumentos de propaganda política que visavam exaltar a figura do governante e do Reino por ele representado. Trinta e nove dias depois do falecimento do Marquês do Louriçal, a igreja do Bom Jesus²¹ vestiu o traje de gala para receber as faustosas exéquias. O padre Manuel de Figueiredo (1688-1720) escolheu como tema da oração fúnebre uma passagem que aludia à imortalidade de quem salva o seu povo. Proferidas no local em que havia sido sepultado o Vice-Rei, as palavras do discurso terão certamente produzido um eco ampliado quando faziam vibrar as paredes da igreja, revestidas de emblemas e poesias.

Para ter uma ideia da dimensão do espetáculo, basta lembrar que o préstito tardou a ter lugar precisamente porque a máquina demorou muito a ser construída²². Apesar de desconhecermos detalhes mais pormenorizados sobre a disposição dos *Emblemas, e Poesias, Com que se adornou a Caza Professa*, os estudos desenvolvidos sobre o uso da linguagem emblemática no contexto jesuíta podem trazer algumas achegas sobre as estruturas de arte efémera utilizadas nas cerimónia²³. Em primeiro lugar, importa lembrar que a

¹⁹ Consulte-se Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, cit., p. 295.

²⁰ Há notícia de algumas tentativas de revolta, como a Conjuração dos Pintos, em 1787, alegadamente arquitetada por religiosos, de modo a expulsar os lusitanos para entregar o poder aos filhos da terra. Pedro Avelar (*A História de Goa*, cit., p. 156-162) encara esta iniciativa como um sintoma de uma sociedade que se estava a reconfigurar. Sobre este processo, veja-se o estudo de Teotonio Souza, “Christianization and cultural conflict in Goa”, in *Congresso Internacional de História. Missionaçõ Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas*, vol. IV, Braga, UCP, 1993, p. 383-393.

²¹ O complexo arquitectónico do Bom Jesus, o primeiro edifício jesuíta situado no recinto da Velha Goa, foi levantado entre 1586 e meados do século XVII. Sagrada em 1605, a igreja acolhe o corpo de S. Francisco Xavier, transladado da nova Igreja de São Paulo para a casa professa, na sequência da canonização. Sobre os detalhes do edifício, consulte-se a obra de António Nunes Pereira, *A Arquitectura Religiosa Cristã de Velha Goa*, Lisboa, Fundação Oriente, 2005.

²² Veja-se Manuel de Figueiredo, *Oração fúnebre...*, cit., p. 2.

²³ Veja-se, por exemplo, Pedro Campa, “La génesis del libro de emblemas jesuíta”, in S. López Poza (ed.), *Literatura emblemática Hispánica, Actas del I Simposio Internacional de*

familiaridade com as composições logo-icónicas era incentivada pelo programa de estudos definido pela *Ratio Studiorum*, uma vez que preconizava o recurso aos emblemas como exercícios de treino das competências adquiridas e como manifestações públicas de engenho em ocasiões festivas. A extraordinária difusão dos livros de emblemas elaborados por discípulos da Companhia explica-se não só pelo sucesso editorial da emblemática e da literatura edificante, no Renascimento e no Barroco, mas também pela afinidade com os princípios estéticos da expressão engenhosa. Esta concordância fica, de resto, bem patente na sistematização proposta por um dos teóricos mais difundidos em Portugal, o jesuíta Baltasar Gracián, autor da *Agudeza y arte de ingenio* (1649)²⁴.

Entre os maiores sucessos da produção inaciana no âmbito da tradição logo-icónica, cumpre assinalar a publicação comemorativa do centenário da fundação da Companhia, intitulada *Imago primi saeculi Societatis Iesu* (1640), bem como os *Pia Desideria* (1624) de Herman Hugo²⁵. Estes títulos circularam, pois, pelos vários colégios da Ordem, mas, no que diz respeito à realidade ibérica, a impressão de livros de emblemas foi muito mais fértil em território castelhano, explorando as vantagens pedagógicas desse género na transmissão e memorização de ideias. O engenho lusitano floresceu, porém, no contexto da emblemática aplicada, nomeadamente com a utilização da linguagem mista nas festividades jesuítas.

Literatura Emblemática Hispánica, La Coruña, Universidade da Coruña, 1996, p. 43-60, e G. R. Dimler, “Humanism and the rise of the Jesuit Emblem”, in P. Daly and D. S. Russell (eds.), *Emblematic Perceptions: Essays in Honor of William S. Heckscher on the Occasion of his Ninetieth Birthday*, Baden-Baden, Verlag Valentin Koerner, 1997, p. 93-109. Nos últimos anos, a bibliografia sobre esta matéria conheceu muitos avanços, nomeadamente com os contributos de G. R. Dimler, *Studies In the Jesuit Emblem*, New York, AMS Press, 2007.

²⁴ Sobre a génese dos livros de emblemas compostos por jesuítas espanhóis, veja-se, em particular, o artigo de Vistarini, “La emblemática de los jesuitas en España: los libros de Lorenzo Ortiz y Francisco Garau”, in R. Zafra e J. Azanza (eds.), *Emblemata aurea. La emblemática en el Arte y la Literatura del Siglo de Oro*, Madrid, Akal, 2000, p. 57-68. Em Portugal, há registo de pelo menos três tipos de produção emblemática jesuíta: as composições festivas, os livros impressos com o apoio dos colégios e os textos logo-icónicos compostos por alunos e professores. Sobre este material, leia-se o trabalho de N. Griffin, “Enigmas, Riddles, and Emblems in Early Jesuit Colleges”, in L. Gomes (ed.), *Mosaics of Meaning. Studies in Portuguese Emblematics, Glasgow Emblem Studies*, nº 13, 2008, p. 21- 39. Pode também consultar-se o estudo de Filipa Araújo, *Verba significant. Res significantur. A receção dos Emblemata de Alciato na produção literária do Barroco em Portugal*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014, p. 634-648.

²⁵ Esta obra obteve um êxito duradouro, servindo de alicerce à emblemática religiosa do século XVIII, alimentada pelo pietismo e sensível ao aspeto infantil das gravuras, como afirma A. E. Spica, *Symbolique humaniste et emblematique: L'évolution et les genres (1580-1700)*, Paris, Honore Champion, 1996, p. 352.

Não admira, pois, que esse conhecimento técnico tenha atravessado os oceanos na bagagem dos missionários da Companhia que chegaram a Goa. A organização regular de exposições e de eventos abertos ao público era uma prática comum nos colégios, que apostavam no aparato cénico e nas representações dramáticas²⁶. Os mecanismos emblemáticos foram, assim, instrumentalizados no sentido de exaltar a figura do governante e do Estado, transferindo para a escala colonial a máquina publicitária das cortes europeias.

Os monumentais espetáculos festivos da Era Moderna acionavam, de facto, um complexo sistema de propaganda ideológica, com a finalidade bem calculada de explorar até à exaustão a força persuasiva da retórica sensorial. Como afirma o iluminado discurso de Sebastião José de Carvalho e Melo, acima citado, a reputação era o «unico antemural» capaz de assegurar o sossego dos povos, num momento em que a dinâmica bélica dos impérios ocidentais se espalhava pelo universo ultramarino dos domínios asiáticos²⁷. Seguindo os princípios da *repraesentatio majestatis*, os mecanismos de manipulação demagógica montavam um impressionante teatro didático, aproveitando as cerimónias régias para dinamizar programas simbólicos e apologéticos da instituição monárquica²⁸.

²⁶ Para comprovar a realização dessas manifestações de agudeza emblemática nos colégios de Goa, convém recordar que, nas derradeiras folhas do manuscrito *Plausus Academicus*, figura uma série intitulada *Emblemata duodecim quae non rudi penicillo de picta, et pulchro ordine disposita, Academicam aulam, quasi totidem caelestia signa non parim exornabant* (Cod. 3252 da BNP, ff. 29-35v). O texto retrata os festejos organizados no Real Colégio de S. Paulo, a 24 de Agosto de 1746, para comemorar a vitória de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, vice-rei da Índia, na batalha de Alorna. Recorde-se também o exemplo da *Descrição Funebre das Exequias que a Inquisição de Goa dedicou à memoria do Eminent^o e Rever^o Senhor Nuno da Cunha de Ataíde* (Lisboa, por Miguel Manescal da Costa, 1753).

²⁷ Sobre a utilização da emblemática ao serviço da propaganda política e religiosa, veja-se, entre outros: R. Strong, *Art and Power: Renaissance festivals 1450-1650*, Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1984; C. Bouzy, “Emblème et propaganda théologico-politique en Espagne au Siècle d’Or: le symbolisme de la couronne”, *Littérature*, n.º 145, 2007/1, p. 91-104; e E. Klecker, “*Non manus magis quam ingenia exercere*: Imperial propaganda on Emblematic targets”, in S. Mckeown (ed.), *The Internacional Emblem: from Incunabula to the Internet*, Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2010, p. 235- 262. Na senda desta perspetiva, surgiram propostas de leitura que comparam a propaganda barroca e as atuais estratégias de publicidade, como se verifica, por exemplo, no volume editado por C. McCall Probes e S. Mödersheim, *The Art of Persuasion: Emblems and Propaganda*, *Glasgow Emblem Studies*, n.º 17, 2014.

²⁸ Sobre os elementos iconográficos da propaganda da monarquia hispânica, veja-se Victor Minguez, *Los Reyes Solares: Iconografía Astral de la monarquía Hispánica*, Castelló de la Plana, Publicaciones de la Universitat Jaume I, 2001.

Nessa cenografia artificiosa, resplandeciam emblemas, hieróglifos, alegorias e imagens narrativas, de modo a conquistar a adesão emotiva do auditório através da memória visual²⁹. A aplicação destes argumentos retóricos à emblemática fúnebre não se cingiu, porém, aos membros da família real, como prova a homenagem dedicada a D. Luís de Meneses.

Importa, pois, frisar o papel destes opúsculos na construção da memória histórica, na medida em que prolongam a existência transitória das cerimónias ocorridas na capital do Estado da Índia, numa fase muito delicada³⁰. Correspondendo à apetência do público por saber notícias de Goa e servindo o interesse das estruturas administrativas que pretendiam justificar os esforços financeiros para manter o território asiático, os impressores lisboetas imprimiram estes relatos e, desse modo, deixaram à posteridade um documento de grande relevância para o estudo da evolução da emblemática festiva. Os textos atestam a receção do género nas cerimónias do império colonial, acentuando uma tendência que atingiu o auge, em meados do século XVIII, com as exéquias de D. João V³¹.

Pese embora o carácter pontual destes relatos, valem sobretudo pelo testemunho iconográfico, porque mostram que os artifícios visuais foram criados com o objetivo de representar os conceitos teóricos de forma atrativa e perceptível para os menos cultos, sem que deixassem de refletir os esquemas simbólicos da tradição emblemática. Em muitas cerimónias fúnebres do Barroco, a linguagem emblemática manteve, por isso, uma presença assídua, quer estivesse discretamente embutida no rendilhado verbal do sermão, quer ocupasse um lugar de destaque na decoração do templo³². No que diz respeito ao tributo a D. Luís de Meneses, verifica-se, por exemplo, que o sermão proferido

²⁹ Cf. Anabela Bouça, *Os grandes...*, cit., p. 10.

³⁰ A finalidade ideológica da expressão literária da época refletiu-se, com particular efeito, na produção épica. Este modelo foi também aplicado para enaltecer a capital do Estado da Índia, como demonstra Manuel Ferro, “A Exaltação da Fundação do Império Português do Oriente na *Conquista de Goa* (1759), de Francisco de Pina e Melo”, in João Marinho dos Santos e José Manuel Azevedo e Silva (coord.), *Goa. Portugal e o Oriente: História e Memória*. Coimbra, Palimage / CHSC, 2011, p. 35-65.

³¹ Veja-se Anabela Bouça, *Os grandes...*, cit., p. 13, bem como J. Tedim, “Festa e emblemática em Portugal no tempo de D. João V”, in C. Chaparro, J. J. García, J. Roso e J. Ureña (ed.), *Paisajes emblemáticos: la construcción de la imagen simbólica en Europa y América*, T. I, Mérida, Editora Regional de Extremadura, p. 305-316.

³² Leia-se Ana Martínez Pereira, “Imágenes simbólicas en los sermones de exéquias. Pintura y palabra en la muerte de María Sofía Isabel de Neoburgo (1699)”, in R. Molina (coord.), *Emblemática transcendente, hermenéutica de la imagen, iconología del texto*, Navarra, Universidad de Navarra, 2011, p. 485-494.

por Manuel de Figueiredo recorria a várias imagens metafóricas para exprimir o profundo sentimento de perda, embora não aludisse diretamente aos emblemas expostos nas paredes.

De acordo com o opúsculo impresso, o aparato fúnebre de 21 de Julho de 1742 organizou os compostos emblemáticos em quatro eixos temáticos diferenciados: a ação político-militar, o retrato do falecido, a reflexão sobre a morte e o lamento da perda. O autor anónimo recorreu, para isso, à representação de factos relevantes da vida do vice-rei, retratando episódios históricos com valor exemplar, mas concebeu também compostos estilisticamente muito próximos de outros modelos contemporâneos, ainda que renovados pelas variações próprias das coordenadas espaciotemporais e de um contexto sociopolítico preciso³³.

Tratando-se de uma aplicação festiva num suporte de arte efémera, os emblemas são pensados para facilitar uma leitura rápida e intuitiva, mas não deixam de respeitar a estrutura tríplice cristalizada pelos teóricos a partir do modelo difundido pelos *Emblemata* (1531) de Alciato. Observando o conjunto goês, facilmente se percebe a repetição de um padrão que utiliza o epigrama (*subscriptio*) para declarar a conjugação entre o lema breve (*inscriptio*) e a imagem (*pictura*). Importa, contudo, salientar que, na versão impressa, a parte visual é preenchida por um apontamento ecrástico, escrito em português, e cada um dos compostos é precedido por um título que salienta as diversas virtudes do Vice-rei.

Ao longo das vinte e duas composições latinas, desfilam variados elementos icónicos associados a diferentes qualidades políticas, militares e éticas, dando origem a conjuntos mais ou menos originais que pretendem representar um vasto leque de virtudes. Nas *picturae*, aparecem, pois, símbolos e figuras conotados com a arte bélica, como a bomba que afugenta os inimigos ou a imagem de César coroado de louro. Surgem também outros motivos relacionados com os heróis da Antiguidade, nomeadamente com Hércules, capaz de prender os homens com a sua facúndia.

Hiperboliza-se, assim, a gesta do Conde da Ericeira, explorando a analogia com ícones clássicos de poder, entre os quais se incluem alguns elementos cósmicos (designadamente o Sol e o planeta Marte), além de outros mitológicos, como Mercúrio. Os traços da cultura pagã são obviamente explorados numa perspetiva adaptada aos padrões da mensagem católica, que surge bem vincada na série de composições tanatológicas. Nelas se pinta um túmulo rodeado de gentios e cristãos, para enaltecer a ação política do Vice-Rei, respeitado pelos seus homens e pelos inimigos. Comparando D. Luís de Meneses a um cavaleiro

³³ Veja-se a proposta de análise de Anabela Bouça, *Os Grandes...*, cit., p. 68-69.

de Cristo surpreendido pela morte, os emblemas insistem na precocidade do falecimento, mas garantem que a trombeta da Fama vai garantir a eterna glória ao estratega português.

Importa, igualmente, mencionar o aproveitamento metafórico de elementos naturais, para louvar os merecimentos do Marquês. Nele parecem convergir todas as virtudes essenciais a um governante, nomeadamente a firmeza do cordeiro que se sacrifica, a nobreza da pérola nascida de uma concha pura, a tenacidade das labaredas de fogo que se elevam aos céus, a força do caçador capaz de esmagar a serpente, a firmeza do penedo que enfrenta a procela e a bondade da árvore de bálsamo cujas feridas exalam perfume. A todos estes signos de integridade moral, cumpre, enfim, acrescentar o empenho da agulha de marear que procura incansavelmente o seu rumo e a alegoria da Justiça, que vem mostrar como o Vice-Rei sabia avaliar com a balança e punir com a espada.

Folheando a coleção de emblemas, torna-se inevitável reparar num motivo que se destaca, quer pela recorrência das suas cinco aparições, quer pela relevância do seu significado no contexto da tradição emblemática. Trata-se do Sol, sintomaticamente referido por Manuel de Figueiredo como «hieroglífico de sábios», que a Aurora chora com lágrimas de orvalho³⁴. No mesmo discurso fúnebre, o pregador volta a mencionar o astro-rei, usando-o como termo de comparação para D. Luís de Meneses, que «apareceu segunda vez no Oriente para enfrentar as nuvens dos inimigos»³⁵. A isotopia da imagem solar continua e amplifica-se, depois, na coleção de emblemas, assumindo variações muito interessantes, sobretudo se tivermos em conta a longa tradição deste símbolo na representação logo-icónica. Na emblemática de matriz política e religiosa, o astro-rei está normalmente associado às figuras mais importantes, pelo que facilmente se percebe a intenção de posicionar o Marquês do Louriçal nas altas esferas do poder e da virtude³⁶. É essa a mensagem subjacente ao Emblema XIII, que reproduz o funcionamento do sistema solar e pinta os signos do Zodíaco:

³⁴ Cf. *Oração fúnebre...*, cit., p. 3.

³⁵ Cf. *Oração fúnebre...*, cit., p. 7.

³⁶ Veja-se Philippon Picinello, *Mundus symbolicu, Coloniae Agrippinae, Sumptibus Hermanni Demen*, 1681, p. 9-32. Consulte-se também A. Vistarini, A. e J. T. Cull, *Enciclopedia Akal de Emblemas Espanoles Ilustrados*, Madrid, Akal, p. 731-747. Nas considerações introdutórias dos *Emblemas Morales*, editados pela primeira vez em 1589, Juan de Horozco y Covarrubias dedica um capítulo especial à simbologia do Sol (na edição de Saragoça, Alonso Rodrigues, 1604, f. 58v-60).

O excelentissimo Senhor gastou um ano inteiro na viagem para a Índia³⁷.

O sol tudo ilumina durante o ano.

O sol dourado demora um ano a percorrer o espaço do zodíaco, para que ele próprio preencha todas as partes, como é sua função. Percorres as águas, Luís, e tu também chegas à Índia depois de um ano inteiro de caminho. Nada de surpreendente: tu és um Sol na terra, o Sol governa os Astros e tu o povo. Desempenhas, pois, a função de Sol na terra.

Aproveitando a correspondência temporal da viagem do Conde da Ericeira até Goa com a duração do caminho aparentemente percorrido pelo Sol durante o ano (eclíptica), ao longo do qual desfila o conjunto de constelações conhecido como Zodíaco, o emblema estabelece uma analogia imediata entre a supremacia de Hélios no céu e a missão de D. Luís, na terra. Recorde-se, porém, que esta leitura traz alguma originalidade à versão mais ortodoxa da imagem, vulgarmente utilizada como símbolo de Justiça e de moderação³⁸. Essa é, de resto, a aceção transmitida por Frei João dos Prazeres (Fig. 1), para citar apenas um emblematista português³⁹. Qual soberano, nascido para liderar e iluminar os outros, o Marquês do Louriçal é exaltado como fonte máxima de luz e energia. Esta ideia vem, aliás, reforçada em outro composto da série heliocêntrica, que representa o Sol a brilhar sobre a Terra, povoada de homens, flores e metais (Emblema XVI):

O Excelentíssimo Senhor provê, com liberalidade, a pobreza de todos no Estado da Índia.

Tudo fortalece com o seu calor.

Com os seus raios ardentes, o Sol tudo fortalece com o seu calor frutífero. Assim refulge Menésio, o insigne herói, por causa da sua piedade, sendo um homem bom, presta auxílio a todos os súbditos com as suas qualidades. Ele é o pai dos pobres, o tutor do pupilo, o pronto alimento dos que passam fome,

³⁷ Toma-se como texto de referência o exemplar da BGUC, Misc. 271. As traduções dos cinco emblemas aqui transcritos são da nossa responsabilidade.

³⁸ Philippo Picinello (*Mundus...*, cit., p. 26-30) identifica a imagem do Sol no Zodíaco com a representação de conceitos como a Justiça, a moderação, a perseverança e o estudo. Note-se o eco virgiliano do lema, que lembra «*sol, qui terrarum flammis opera omnia lustrat*» (Virgílio, *Eneida*, IV, v. 607).

³⁹ Cf. *Principe dos Patriarcas*, Lisboa, João Galvão, 1690, p. 141.

e um reforço poderoso. Oferece proteção e consolo às desgraçadas viúvas. O Sol age por obrigação, mas este tudo faz de livre vontade.

A pródiga luz que recai sobre as diversas criaturas pintadas na gravura traria facilmente à memória dos espetadores a reminiscência da graça divina, a que se poderia aplicar o lema⁴⁰. No entanto, à semelhança do que acontece na composição anterior, a analogia com o astro-rei parte de um aspeto biográfico para salientar uma determinada faceta de D. Luís de Meneses. Neste caso, enfatiza-se a liberalidade com que prestou auxílio aos habitantes de Goa, não por obrigação oficial, mas porque assim lhe ditava a sua consciência moral. Por outro lado, a evocação do cônsul Menésio Agripa, famoso pelo seu papel conciliador entre o povo romano e o Senado, serve de espelho amplificador da ação diplomática do Marquês do Louriçal no Oriente, uma vez que, como testemunham os relatos biográficos, o fidalgo soube gerir a guerra, mas não deixou de cultivar o entendimento com os autóctones.

Na sequência dos emblemas solares em análise, importa também salientar a repetida representação do sol poente. No contexto fúnebre, a imagem oferecia naturalmente uma metáfora polivalente, que o autor soube usar em diferentes prismas, sem nunca perder a visão de conjunto. Neste sentido, convém frisar que as três aparições do ocaso nas *picturae* de Goa assumem diferentes graus de protagonismo, como se demonstra de seguida. No Emblema VII, pinta-se o Sol inclinado para o horizonte, uma nau e junto dela Régulo Atilio, com esta letra:

O Excelentíssimo Senhor prepara-se para ir piamente ao encontro da morte, deixando de lado todos os outros cuidados, e nem sequer admite que os seus o tentem impedir.

O sol já começa a descer, está na hora de partir.

Terminado o discurso de acusação, já o nobre Régulo, condenado ao exílio, se preparava para entrar no navio, disposto a uma bela morte. Vendo que a turba difusa dos seus parentes lhe causava demora e obstava a partida com as lágrimas, disse-lhes ele: «Nada façais, a quem vai morrer resta apenas um cuidado: morrer com dignidade, nada, acreditai, nada mais pretende. Acabou a

⁴⁰ O brilho do Sol sobre os corpos terrestres é um motivo extremamente comum na tradição emblemática. Recorde-se, por exemplo, o composto que associa a luz solar refletida nas estrelas com o lema *Illumino cuncta* (Philippo Picinello, *Mundus...*, cit., p. 17) ou o emblema representativo da graça divina que tem como mote *Splendet in omnes* (Philippo Picinello, *Mundus...*, cit., p. 11). Sob o lema *Et lucet, et fovet*, o brilho de Hélios representa a generosidade do bom Príncipe (Philippo Picinello, *Mundus...*, p. 20).

conversa, termine-se da melhor forma, está na hora de partir.» Tiveste a mesma constância, Luís, tiveste, sem dúvida, a mesma preocupação: coroar a vida com um belo fim. Entregue às preces divinas e aos cuidados supremos, dizias: «Por que me impedis, meus amigos? Ide! Só as coisas eternas preocupam o morto, as efêmeras são para os outros. Tenho pela frente um longo caminho, o sol já começa a descer, está na hora de partir.»

De acordo com a retórica convencional das exéquias, este emblema foca-se na reflexão sobre a morte e procura consolar os que choram a sua perda, admoestando-os a seguir o exemplo de constância do próprio Vice-Rei, que encarou a morte com a tranquilidade de uma alma cristã, crente na passagem para a Eternidade. Ao recuperar as palavras de Juvenal e o célebre episódio do cônsul Marco Atílio Régulo, o composto mostra, uma vez mais, como a erudição clássica e a História serviram de inspiração ao emblematasta, que recorreu amiúde a esses expedientes para levar a cabo a sua estratégia de heroização do governante português. Neste caso, o sol poente ocupa uma posição discreta mas significativa, porque parece sugerir uma leitura ambivalente da morte, entendida simultaneamente como fim da existência terrena e início da verdadeira vida. Procura-se, assim, difundir a postura abnegada com que o Marquês do Louriçal se despediu do mundo e dos seus, não só para o elogiar, mas também para transmitir ao público o modelo cristão a seguir.

Cumpra destacar que, das cinco composições heliocêntricas descritas na coletânea, apenas uma concede total protagonismo ao astro-rei, pois aparece isolado no preenchimento da *pictura*. Trata-se do emblema III, que conta também com a particularidade de recuperar uma dupla logo-icónica bem conhecida. O nexos entre a imagem e o lema adquire, todavia, um significado específico à luz das circunstâncias goesas de 1742 e essa interpretação é, de resto, explicada pelo epigrama. Na figura, descreve-se um Sol poente emitindo um grande clarão:

O Excelentíssimo Senhor deu a conhecer, perto da morte, os sinais mais evidentes da sua perícia e da sua ciência militar.

Maior no ocaso.

Vês como, no momento em que o Sol se esconde no mar, já no ocaso, lança raios ainda mais brilhantes?

O Sol brilha quando se levanta da costa do Mar Eritreu⁴¹ e brilha, quando está a pique, a meio do percurso. É, todavia, no momento em que se põe,

⁴¹ Designação antiga do Mar Arábico, que corresponde a uma parte do Oceano Índico, situada entre a Península Arábica e a Índia.

quando se esconde nas ondas do mar, que o sol poente tem mais luz. Ao vencer o inimigo já perto da morte, Luís, também tu te tornaste mais brilhante no teu ocaso. Em ti, refulgem mais agora a virtude e a ciência bélica; por isso, ao morrer, a glória é ainda maior.

Picinello⁴² salienta a fortuna deste conjunto logo-icónico na arte emblemática e refere que está geralmente associado aos heróis de renome e ao próprio Cristo, porque representa a Fortaleza com que enfrentaram a morte. Esta leitura dá seguimento à mensagem do emblema anterior, mas cumpre destacar o recurso a argumentos distintos. A proposta de associar o brilho das derradeiras vitórias do Vice-Rei ao fulgor do Sol no ocaso procura adaptar um motivo tradicional a uma nova situação referencial, dando origem a um produto original, que tinha a vantagem retórica de estabelecer um proveitoso diálogo intertextual com a iconografia do túmulo de São Francisco Xavier⁴³. Fica, assim, implícita a ligação entre o governante e o próprio Apóstolo do Oriente, que é claramente mencionada no Emblema XVIII, cuja *pictura* representava a Morte com uma foice a cortar um girassol⁴⁴ inclinado para o Sol poente.

O cadáver do Excelentíssimo Senhor fica sepultado junto ao túmulo de S. Francisco Xavier.

Esconde-se numa urna vizinha.

Esta flor tem o nome do Sol e é mesmo muito semelhante a ele, graças às conhecidas pétalas que imitam o dourado solar. De livre vontade, segue os seus designios, para aqui e para acolá, rodando numa pequena órbita para estar sempre virada para o sol. De manhã, está rebaixada porque se orienta para os raios rasteiros, mas levanta-se para chegar aos raios elevados quando o sol está a pique, e torna-se mais inclinada à tarde, quando o sol poente precipita

⁴² Veja-se *Mundus...*, cit., p. 24.

⁴³ Em 1637, o esquife inicial foi substituído pela arca que o acolhe até hoje, na igreja do Bom Jesus de Goa, em cujas faces estão gravadas quatro lâminas com episódios biográficos. Naquela que diz respeito ao passamento, está sobreposto um medalhão que tem um sol esculpido sob o lema *Maior in occasu*. Sobre este assunto, veja-se, entre outros, Carlos de Azevedo, “Um Artista Italiano em Goa. Plácido Francesco Ramponi e o Túmulo de S. Francisco Xavier, in *Garcia de Orta*, Lisboa, 1956, p. 277-317, bem como Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)*. O Espaço do Índico, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

⁴⁴ Sebastian Covarrubias Horozco, nos *Emblemas Morales* (Madrid, Luis Sanchez, 1610, f. 112, cent. 12, embl. 12), cria um composto logo-icónico com o lema *Si te vas bolveréme al llanto*, sobre a imagem de um girassol que cresce dentro do rio Eufrates e vai rodando para seguir o Sol. Deste modo, representa o homem em busca da luz divina.

os cavalos para as ondas em que se deita. A morte cega teve inveja da flor e cortou a amiga do sol com uma foice cruel para fazer inveja ao sol. Para que o facto não fosse conhecido, escondeu a flor cortada no mar, numa urna próxima do sol posto. Luís era a flor, Xavier o Sol, aquele morreu mas este só parece morrer, como o sol morre, mas brilha sempre com a mesma luz depois de cada ocaso, como um cadáver vivo. Luís prestou culto a Xavier toda a sua vida e também na morte o imitou. Agora, levado por uma morte precoce, para inveja da morte esconde-se numa urna vizinha.

Fica bem patente, neste emblema, a estratégia de colar a figura do Vice-Rei à imagem de S. Francisco Xavier, tão cara à missão portuguesa e razão de especial orgulho para os Jesuítas da casa professa. Aproveitando um motivo visual de longa fortuna na emblemática religiosa, reforça-se a ideia de que o Marquês do Louriçal merecia estar ao lado do Apóstolo do Oriente, partilhando o espaço tumular e a Fama de bom cristão e de servidor da Pátria. Os emblemas recorrem, pois, a uma retórica mais complexa para repetir o que afirmava Sebastião José de Carvalho e Melo «todos tivéraõ que aprender, e todos teráõ que imitar nas egrégias açcoens, nos inclytos exemplos, que depois de si nos deixou este Excellentissimo Varaõ, que viveo acertando, e acabou vencendo»⁴⁵.

Assim se percebe que os emblemas de 1742 ajudam a reconstituir os mecanismos de uma intrincada máquina propagandística que viajou nas caravelas lusitanas, impulsionada pelo vento do poder político e das instituições religiosas, de modo a manter viva a presença de Portugal. Numa época em que Goa já tinha perdido o brilho dos tempos áureos em que refulgiu como empório comercial de sucesso, servindo de inspiração a outras potências europeias⁴⁶, o discurso oficial continuava a exaltar os representantes enviados de Lisboa. A cidade primaz do Estado oriental tornou-se um símbolo de resiliência de que a metrópole só abriu mão em 1974, depois de um conturbado processo de negociações com a Índia. Goa tinha, inevitavelmente, um grande peso simbólico no contexto do Império Ultramarino e o conjunto de emblemas dedicados ao homem que susteve o avanço dos Maratas vem provar que os meios de comunicação difundidos pela cultura barroca das potências europeias atravessaram oceanos na bagagem dos seus embaixadores, com particular destaque para os jesuítas⁴⁷.

⁴⁵ Cf. Sebastião José de Carvalho e Melo, *Elogio...*, cit., p. 57.

⁴⁶ Cf. João Teles e Cunha, *Goa: a construção...*, cit., p. 143-144.

⁴⁷ Veja-se Rodríguez de la Flor “La imagen del mundo, Emblemática y Contrarreforma”, in S. López Poza (ed.), *Florilegio de Estudios de Emblemática*, A Coruña, Sociedad de Cultura Valle Inclán, 2004, p. 77.

As representações festivas, nas cortes ocidentais e nas praças coloniais, eram mormente organizadas pela Igreja e pelos governantes, procurando instaurar uma memória cultural fiel aos princípios fundadores de quem as financiava. Os programas desses espetáculos públicos recorriam, por isso, a imagens simbólicas legitimadas pela tradição, para nelas alicerçar o prestígio das figuras contemporâneas e promover a esperança no futuro. Assim aconteceu em Julho de 1742, no templo do Bom Jesus. A linguagem logo-icónica inspirada na simbologia solar serviu, então, para homenagear a superioridade, a liberalidade, a fortaleza, a virtude militar e a fé do Vice-Rei, através de analogias inspiradas por dados biográficos ou por afinidade com elementos simbólicos, personalidades históricas, figuras mitológicas ou modelos de santidade.

Encarando a arte emblemática como uma estratégia propagandística capaz de amplificar o discurso de sedução da arte barroca, é possível de alguma forma comparar, *mutatis mutandis*, esse mecanismo às técnicas comunicativas exploradas pela publicidade atual, porque também visavam a adesão do interlocutor, mediante o uso programado de palavras e imagens num conjunto atraente. Nesta perspetiva, cremos que a cerimónia fúnebre de 1742 e os expedientes logo-icónicos a ela associados contribuem para conhecer melhor os rituais ostentatórios, marcados pela força da opinião e pela pressão social. As exéquias funcionaram, na verdade, como um instrumento de propaganda ideológica, manipulado pelas entidades políticas, que continuavam a querer afirmar o domínio perdido, e pela Companhia de Jesus, que pretendia marcar a sua supremacia evangelizadora.

E se a emblemática fúnebre proporciona «documentos essenciais ao estudo da cultura dos séculos XVII e XVIII portugueses»⁴⁸, porque convida os investigadores das ciências humanas sociais e humanas a conhecer melhor a forma como a linguagem logo-icónica se relacionou com as cerimónias efémeras e com os relatos impressos, não será despiciendo valorizar este contributo no contexto da presença lusitana no mundo. No enquadramento da mentalidade barroca, a morte das grandes figuras políticas e religiosas estava subordinada a uma encenação meticulosa e determinava, por assim dizer, «o figurino obrigatório de um modelo verdadeiramente na moda», não só como manifestação póstuma de vaidade e prestígio individual, mas também como desfile protocolar do próprio *ethos* da sociedade de corte⁴⁹.

Tomando como paradigma o exemplo de Goa, facilmente se percebe que o discurso de exaltação do cerimonial fúnebre aproveitou um momento capaz

⁴⁸ Bouça, *Os Grandes...*, cit., p. 75.

⁴⁹ Araújo, *A morte em Lisboa...*, cit. p. 251.

de promover, ideológica e emocionalmente, a empatia social, para fortalecer a ligação entre o indivíduo e o grupo, ou seja, entre o representante do poder imperial e o território subjugado. Pretendia-se, assim, tornar o brilho do Império ainda maior, mesmo num momento em que já se adivinhava o definitivo pôr do Sol no Oriente.